

DIVERSIDADE E INCLUSÃO: CONHECENDO A CULTURA SURDA

Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana; Maria Vitória Ambrósio Gomes; Elidiane Lemos do Nascimento; Gessika Cecília Carvalho

Instituto Federal de Alagoas, rafaellagraciliano@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Na perspectiva inclusiva “[...] as escolas atendem às diferenças, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar [...]” (MANTOAN, 2003, p. 25). Porém, para tanto é fundamental *a priori* sensibilizar e preparar todos os que compõem a comunidade escolar: alunos com e sem deficiência, professores, equipe gestora e todo o pessoal que trabalha ali. É importantíssimo também sensibilizar os pais, sobretudo os dos alunos sem deficiência, mostrando-os que todos devem desempenhar um papel ativo no processo de inclusão.

Assim, percebe-se que o desafio da educação brasileira é promover atitudes inclusivas no ambiente escolar, fazendo com que todo e qualquer aluno possa verdadeiramente fazer parte da escola, tendo acesso igualitário ao ensino e à aprendizagem, e participando do processo educacional de maneira geral. Para tanto, um dos principais desafios enfrentados pela escola inclusiva refere-se à questão dos preconceitos e do medo do diferente. A diversidade assusta e, para saber lidar com as diferenças, as pessoas precisam começar a pensar sobre elas.

Mas, como promover essas práxis se na escola até mesmo os professores, mediadores e um dos principais facilitadores na árdua tarefa de conscientização social a respeito da inclusão, desconhecem ou negligenciam sua função de educador? O despreparo em ministrar aulas inclusivas deve-se ao fato da maioria dos professores não se sentirem preparados para tal e/ou até não entenderem o real significado da inclusão. Este posicionamento aponta para a necessidade dos órgãos responsáveis estabelecerem “mecanismos que viabilizem a capacitação/atualização profissional do seu quadro docente” (CASTELLANI FILHO, 2002, p. 78). Pois, para promover uma educação inclusiva, é necessário que o professor tenha conhecimentos básicos referentes ao seu aluno (CIDADE; FREITAS, 2002).

Entendendo que a problemática “formação docente para lidar com a inclusão” é bastante pensada, despertou-se a necessidade de preparar, também, os alunos do Instituto Federal de Alagoas - campus Murici, com e sem deficiência, para que possam ser aliados na efetivação do processo de inclusão. Para tanto, trabalhos entre os alunos já vêm sendo desenvolvidos com o apoio do NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas), bem como um trabalho específico com alunos dos 2^{os} anos na disciplina Educação Física. Entre os conteúdos trabalhados nas aulas encontram-se: Educação Física Inclusiva, Educação Física Adaptada e Esporte Adaptado.

Além disso, vem sendo desenvolvido um projeto de ensino intitulado “Diversidade e Inclusão: conhecendo a cultura surda”, com caráter de formação inicial, que objetiva desenvolver ações que permitam o conhecimento e a vivência de questões referentes à inclusão da pessoa com deficiência. O projeto teve início em 20 de abril de 2018 e é direcionado para uma turma do 1^o ano do curso de Agroecologia, que possui uma aluna surda incluída. Dessa forma, busca-se sensibilizar os alunos para com a diversidade e questões referentes à inclusão da pessoa com deficiência na escola; bem como o desenvolvimento de um novo olhar e de uma nova postura em relação à pessoa com deficiência e à diversidade de maneira geral.

Sabe-se que práticas inclusivas vêm sendo desenvolvidas e aprimoradas a cada dia no ambiente escolar. E pode-se perceber que os fatores que influenciam diretamente as mudanças são fatores sociais relacionados à aceitação do diferente e o respeito à diversidade.

Partindo desse pressuposto e considerando os aspectos socioculturais como influenciadores da legitimação da inclusão no ambiente escolar, faz-se necessário proporcionar atitudes inclusivas também por parte dos alunos. Pois é a partir da vivência de alunos com deficiência com alunos sem deficiência, do compartilhamento de informações sobre inclusão e de realização de atividades interdisciplinares que conduzam os alunos a uma reflexão sobre aspectos referentes à pessoa com deficiência, que será possível criar um ambiente verdadeiramente acolhedor, transformando a escola em um lugar de todos.

As mudanças e as adaptações das práticas são fundamentais para um bom desenvolvimento do trabalho escolar, pois entender o mundo no qual o aluno com deficiência está inserido é o primeiro passo a ser desenvolvido. Proporcionar atividades interessantes que cativem a curiosidade do aluno é essencial. Atividades concretas e bem fundamentadas poderão transformar o ambiente escolar em um lugar de trocas de experiências e aprendizagens. Pois o aluno com deficiência será bem-vindo, terá sua deficiência reconhecida, suas necessidades específicas atendidas e os alunos sem deficiência irão perceber a importância de repensar alguns conceitos. Com isso poderão conviver com as diversidades e entender que ela é positiva.

No ano letivo de 2018, o campus Murici do Instituto Federal de Alagoas recebeu sua primeira aluna surda no curso de Agroecologia vespertino, e por isso foi relevante os alunos receberem um conhecimento básico sobre a comunidade surda. Durante o desenvolvimento do projeto está sendo oferecido um curso básico de Libras¹, além de palestras e exibição de filmes sobre a temática surda. Assim, esse estudo traz um relato de experiência sobre esse projeto de ensino que vem sendo desenvolvido no Instituto Federal de Alagoas, campus Murici.

METODOLOGIA

Esse estudo trata de um projeto de ensino intitulado “Diversidade e Inclusão: conhecendo a cultura surda”, que se encontra em fase inicial de desenvolvimento no IFAL Campus Murici. O referido projeto de ensino, iniciado em abril de 2018, possui caráter de formação inicial, pois objetiva desenvolver ações que permitam o conhecimento e a vivência de questões referentes à inclusão da pessoa com deficiência. As formações acontecem semanalmente, com duração de quatro horas. As atividades são desenvolvidas no auditório do Campus Murici e as intervenções contam com a participação de componentes do NAPNE, servidores do Campus Murici, que atuam como colaboradores do projeto de ensino e de Coordenadores da SEMED – Secretaria de Educação de Murici.

A metodologia abrange um curso básico de Libras, exercícios de simulação de diferentes situações de deficiências, exposições de vídeos sobre pessoas com deficiência em situações cotidianas e de aprendizagem em contextos formais de educação, exposição verbal da temática em questão, palestras, oficinas e debates.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹ A Libras é a segunda língua oficial do país e teve sua obrigatoriedade na lei 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005.

Com o remanejamento do último edital para seletiva dos alunos, pela primeira vez no Instituto Federal de Alagoas - Campus Murici - houveram vagas destinadas aos candidatos autodeclarados PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD). Como em todos os passos dados na inclusão nasceram as dúvidas e incertezas, muitos professores acreditavam que o NAPNE trabalharia em função de individualmente efetivar a educação inclusiva. E não demorou muito para que esse tabu fosse quebrado em uma reunião. Os professores se assustaram com a possibilidade real de receber alunos com deficiência em suas aulas. Não que já não tivessem em seu corpo discente alunos com deficiência, mas muitos professores, a partir daquele dia, começaram a reconhecê-los ou no mínimo a pensar sobre isso. E, de forma unânime, em meio às expressões de medo e aflição, todos solicitaram formação para saber lidar com a temática inclusão, alegando não se sentirem preparados para tal.

Dentre os candidatos, e ao receber a notícia que uma aluna surda foi aprovada, foi perceptível que era o momento de pensar em estratégias de atuação desenvolvendo ao máximo a potencialidade comunidade escolar.

Sabendo do pressuposto e considerando os aspectos socioculturais como influenciadores da legitimação da inclusão no ambiente escolar, faz-se necessário conhecer as concepções também dos alunos do Instituto Federal de Alagoas a respeito dos conceitos e impressões sobre inclusão e surdez. E foi montada uma equipe, composta por professores, técnicos e alunos para que pudessem pensar em ações para fomentar a inclusão e o desenvolvimento da cultura surda com os discentes no ambiente acadêmico.

Assim, o primeiro encontro do projeto de ensino intitulado “Diversidade e Inclusão: conhecendo a cultura surda” foi realizado com o intuito de pensar quais métodos seriam utilizados para conhecer a turma e desenvolver conhecimentos e vivência de questões referentes à comunidade surda. Utilizando a criatividade dos alunos, após o reconhecimento de cada aluno com a apresentação do seu nome, foi proposta uma atividade que caracterizasse como estava sendo o contato com a aluna surda, e foram obtidas reflexões importantes sobre a inclusão.

Ao final de mais uma reunião, sabendo das barreiras a serem quebradas no contato em sala de aula, definiu-se que era cabível explicar aos envolvidos no projeto a importância do sinal próprio. Vale lembrar que um dos objetivos é desenvolver a datilologia dos discentes, porém o sinal será usado como uma forma mais prática e visual de identificação das pessoas dentro da comunidade surda e ouvintes na sociedade.

No segundo encontro, contou-se com a participação de dois alunos surdos da Sala de Recursos, com apoio de duas servidoras da Prefeitura Municipal de Murici, e foi realizado o “batismo” de todos os discentes que diariamente convivem com a aluna surda, acreditando que dessa maneira se facilitaria a identificação dos mesmos em sala de aula.

Ao longo do projeto os encontros continuam a cada quinze dias para alcançar as metas, e as ações têm o intuito de confrontar a visão inicial do aluno em relação à pessoa surda e a transformação dessas ideias ao término do projeto.

CONSIDERAÇÕES

Entender o mundo no qual o estudante com deficiência está inserido é o primeiro passo a ser desenvolvido para que este seja aceito e respeitado por seus pares na escola. Sendo assim, proporcionar atividades interessantes e que cativem a curiosidade dos estudantes é essencial. Tais atividades, se bem fundamentadas, poderão fomentar uma transformação a curto e médio prazo no ambiente escolar.

Assim, em um lugar de trocas de experiências e aprendizagens, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade tonam-se naturais e espontâneas. Com o projeto de ensino intitulado “Diversidade e Inclusão: conhecendo a cultura surda”, desenvolvido no

Instituto Federal de Alagoas campus Murici, foram suscitados diversos sentimentos entre os discentes, e pôde-se perceber que a barreira inicial foi sendo quebrada nos primeiros encontros, com a aceitação das diferenças, antes nunca estudadas. Sem contar que os alunos demonstram a curiosidade pelos conteúdos, bem como o desejo/busca pelo conhecimento de LIBRAS que atua como facilitadora no processo de inclusão e comunicação da aluna surda na sala de aula.

Embora o projeto de ensino ainda esteja em andamento, essa estratégia de inclusão utilizada no Campus Murici tem apresentado resultados positivos, pois tem propiciado que os estudantes com deficiência ou qualquer outra necessidade específica tenham suas características individuais reconhecidas e sintam-se pertencentes à comunidade escolar. E ainda, que os demais estudantes, sem deficiência, participantes do projeto, percebam a importância de repensar alguns conceitos, de adquirir novos conhecimentos e de começar a ver o outro de uma forma mais humana. Com isso podem conviver melhor com as diversidades e entender que ela é positiva e traz ganhos para toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: 22 nov. 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre as Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.
- BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.
- CASTELANI FILHO, L. **Política educacional e Educação Física**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação Física e Inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ano 14. Edição especial 2002, p. 26-30.
- DIEHL, R. M. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência**. São Paulo: Phorte, 2006.
- FÁVERO, E. A. G. **Direito à educação das pessoas com deficiência**. Conferência proferida no “Seminário sobre Direito da Educação”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 23 a 25 de junho de 2004, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF.
- GALVÃO, Z. Educação física escolar: a prática do bom professor. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, ano 1, n. 1, 2002.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como se faz? São Paulo: Editora Moderna, 2003.
- SEABRA JUNIOR, L. et al. Educação Física Escolar e inclusão: de que estamos falando. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 10, n. 73, jun. 2004.
- SOUZA. João Francisco de. **E a educação: que? A educação da sociedade ou a sociedade da educação?** Recife: Bagaço, 2004.